

PRÉ - VESTIBULARES POPULARES: CURRÍCULO E ENSINO DE GEOGRAFIA EM DISPUTA

Popular Preparatory courses: Curriculum and teaching of geography in dispute

André Tinoco de Vasconcelos*

* UERJ-FFP – andretinocouerj@gmail.com.

Recebido em 15/08/2018. Aceito para publicação em 03/09/2018.
Versão online publicada em 20/11/2018 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo: O currículo é um campo de disputa entre os diferentes atores da educação e ensino. Pode se encontrar desde quem o veja como um conjunto de conteúdos ideologicamente neutros, até um enredado de saberes e práticas que foram fundados a partir de visões de mundo e projetos de sociedade. Do currículo prescrito ao currículo praticado entendemos que ele está relacionado a saber, poder e identidade. Assim, este trabalho que é parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado busca compreender como se apresenta o currículo praticado em Pré-Vestibulares Populares. A análise se deu a partir do ensino e o currículo de Geografia. Palavras.

Palavras-chave: Pré-Vestibulares Populares, Currículo, Ensino..

Abstract: The curriculum is a field of contention between the different actors of education and teaching. It can be found from those who see it as a set of ideologically neutral contents, to a tangled knowledge and practices that were founded from worldviews and projects of society. From the curriculum prescribed to the curriculum practiced we understand that it is related to knowledge, power and identity. Thus, this work that is part of the results of a master's research seeks to understand how to present the curriculum practiced in Pre-Vestibular Populares. The analysis was based on the teaching and the curriculum of Geography..

Key-words: Popular Preparatory courses; Curriculum; Teaching.

1. Introdução

O presente trabalho visa analisar como movimentos sociais de educação disputam o currículo e o ensino de Geografia. Nossa análise se foca no movimento dos cursos Pré-Vestibulares Populares, eles constituem um campo de ações diversas de educação popular que teve seu auge nos anos noventa, mas ainda hoje é um importante ator na luta pelo acesso à educação pelos grupos populares. Para alcançar nosso objetivo abordaremos parte do debate sobre currículo, então discutiremos como esses movimentos tensionam o currículo a partir do ensino de Geografia praticado em um curso de Pré-Vestibular Popular. Trabalhamos com o curso PJ (Pastoral da Juventude) localizado em Duque de Caxias, RJ. Esse curso surgiu como núcleo da rede Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC).

Assim, a pesquisa discute as questões referentes ao currículo e ao ensino como objeto de disputa pelos movimentos sociais e o currículo que vem sendo construído em cursos populares, identificando as propostas metodológicas que professores de Geografia vêm desenvolvendo. Como o fazer do ensino de geografia é resignificado no contexto dos movimentos sociais, a partir de suas lutas?

2. Educação popular, currículo e ensino de geografia

Concordando com Silva (2011), currículo diz respeito a saber, poder e identidade. Desde as teorias tradicionais de currículo, ele foi visto como um conjunto de conteúdos a serem ensinados e aprendidos, e a visão que se tinha era de que esses conteúdos possuíam uma neutralidade e uma objetividade. O currículo estava então imbuído de uma visão tradicional de ciência, de que ela seria neutra e detentora da verdade.

O currículo nessas teorias, que ainda hoje é uma visão presente, se trata de um currículo técnico, teoricamente sem intencionalidade. O que teorias críticas e pós-críticas a respeito do currículo vão trazer mais tarde é que nenhum currículo é neutro, todos eles são objetos e instrumentos de poder, os conteúdos ali presentes representam uma concepção de mundo, de conhecimento, de ciência, etc. Portanto não é isento de intencionalidades.

Se currículo é poder, ele é também política. De fato, o currículo é muitas vezes mecanismo de regulação e controle do trabalho docente, controle exercido por secretarias de governo e outros órgãos administrativos da educação. Governos e secretarias determinam quais conteúdos podem ou não podem ser ensinados, nesse processo negam saberes que não consideram necessários e invisibilizam determinadas pessoas e grupos que, assim não aparecem no currículo ou estão lá de forma subalternizada e negativa.

Há outras dimensões da política para além da estatal e do poder, o fazer cotidiano também é política, como em Certeau (1994). Isso também se reflete no currículo, principalmente no currículo praticado, ou seja, quando o professor vai para a prática ele cria meios, táticas para fugir das imposições do poder que rege o currículo. O currículo é objeto de disputa entre os poderes estabelecidos, como o Estado e outros atores hegemônicos com outros atores sociais.

O currículo tradicional, implantado na maior parte das escolas, não abarca as lutas sociais dos povos excluídos e desfavorecidos da sociedade, por isso conforme Arroyo (2011) “novos” atores sociais- movimentos de negros, mulheres, sem-terra, indígenas, etc. lutam hoje também por transformações nos currículos. Ele é uma importante dimensão do campo da política, por isso movimentos como os Pré-Vestibulares Populares o disputam, tendo as lutas sociais que também são políticas e epistêmicas como pauta. De acordo com Candau (2011), com a maior presença de grupos socioculturais diversos nos cenários públicos as demandas postas são inúmeras, trazidas a público principalmente pelas ações dos movimentos sociais.

Como também afirma Arroyo (2011), eles apontam disparidades, injustiças, preconceitos e discriminações, lutando por igualdade de condições e acesso a bens e serviço, além de reconhecimento. Essas diferenças se manifestam de maneira muito intensa na educação, não que não estivessem ali antes, mas agora tensionam de maneira mais forte, travam embates com as concepções e práticas enraizadas no cotidiano escolar, cujas matrizes pedagógicas clássicas e a própria organização tendem a valorizar o corriqueiro e homogêneo.

Conforme Santos (2007), mais do que pensar e atuar no espaço, a Geografia é conhecer e tomar sua posição no mundo; é pensar sobre o espaço, mas com o espaço e a partir do espaço. Consideramos que o conhecimento geográfico que é conhecimento e posição sobre o mundo é fundamental para o exercício da autonomia dos sujeitos. Também na geografia, embora compreendê-la como unitária seja importante para não se fragmentar mais homem e natureza, urbano e rural, ensino e pesquisa; é preciso ir além, torna-se necessário que a diversidade dos sujeitos seja reconhecida no currículo de geografia. Conforme Santos (2011):

A produção de um currículo (não só de Geografia, mas escolar) que contemple as diferenças dos alunos sem refleti-las de maneira hierárquica, sob uma roupagem pretensamente universalista, é o primeiro desafio. Com efeito, matrizes universalistas não raro oferecem em realidade, referenciais identitários de posicionalidade hierarquizantes, ao silenciar-se sob o manto da neutralidade em relação a princípios de dominação e exploração que estruturam violências no cotidiano das relações capitalistas. Como pode ser um currículo (e, em particular, um ensino de Geografia) que projete uma igualdade real entre diferentes? (SANTOS, R., 2011. p. 19 e 20).

De acordo com o mesmo autor há diversos trabalhos dentro da linha de ensino de geografia que vêm tentando de modo crítico romper com os currículos tradicionais e o modo como estes representam determinados grupos da sociedade, mas devem ser repensados todos os conteúdos e metodologias, revisando aquilo que os currículos trazem e inserindo discussões ausentes.

Santos (2011) demonstra como o ensino de geografia contribui para reforçar o racismo. A geografia muitas vezes serve para criar ou reforçar identidades geoespaciais que colaboram para a manutenção do racismo, são visões de mundo que se tornaram hegemônicas e são reproduzidas com a

ajuda do ensino de geografia. Essas identidades geoespaciais constroem a imagem do outro, o não hegemônico, é o caso de quando se fala em negros, se relaciona diretamente à África, como se fossem todos da mesma localidade.

3. Os Pré-Vestibulares Populares

A grande difusão dos PVPs está ligada ao movimento negro, que no final da década de oitenta e início dos anos noventa colocam a formação universitária como fundamental para seus militantes, com o objetivo de disputar o espaço das universidades

O intuito dos cursos populares é mais do que a aprovação no vestibular, o movimento visa que os discentes construam conhecimento e reflexões sobre as desigualdades que marcam a sociedade, o racismo, as diferenças de classe. As dificuldades dos grupos subalternizados em ter acesso à educação superior é o ponto que agrega a maior parte dos participantes. .

Os PVPs já surgem, portanto marcados por uma contradição de ser um projeto de educação popular ao mesmo tempo em que trabalha para a aprovação dos discentes em um mecanismo que é de exclusão. É uma tensão permanente o embate entre preparo para o vestibular e formação voltada para a construção da autonomia dos discentes. Como esses dilemas políticos vêm aparecendo nos currículos e nas práticas pedagógicas nesses projetos de educação popular? E como essas questões influenciam no ensino de Geografia?

Santos (2006) aponta que a primeira experiência de cursos pré-vestibulares populares no estado do Rio de Janeiro foi a criação de um curso voltado para negros em 1976 organizado pelo Centro de Estudos Brasil-África. Nascimento (1999) – outro autor que estudou o PVNC e também um dos fundadores desse movimento – escreve que em 1986 surgiu o projeto Universidade para Trabalhadores da Associação dos Servidores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, hoje Sindicato dos Trabalhadores em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ), em que havia um curso que objetivava auxiliar na formação cultural dos funcionários da UFRJ e seus familiares.

Em seu trabalho, Oliveira (2001) que denomina esses cursos de Movimento de Pré Vestibulares Populares Urbanos (MPVPU), distingue várias experiências de cursos populares em diferentes partes do Brasil. Esses cursos tinham diferentes projetos a respeito do acesso à educação pelas camadas populares, como o curso da Pastoral do Negro criado em São Paulo no ano de 1989, no mesmo ano em que surgiu a cooperativa Steve Biko na Bahia, que também trazia o viés da luta contra o racismo.

Voltando ao PVNC, que foi o movimento que mais serviu de inspiração para tantos outros cursos populares pelo país, de acordo com Santos (2006) assim como o PVNC teve uma intensa velocidade de difusão, foi de um núcleo em 1993 para setenta e sete em 1999, também teve uma grande rapidez na queda do número de núcleos, em 2001 eram 32 núcleos. Porém, o mesmo autor assinala que apesar de ter ocorrido a redução de núcleos, não significava o fim do movimento, mas sim um rearranjo com o aparecimento de novas redes, como o EDUCAFRO, o Movimento dos Sem Universidade (MSU) e uma gama de outros cursos de diversas naturezas, assim aumentando a pluralidade do movimento.

As razões dessa queda no número de núcleos bem como da formação de diversos outros movimentos são várias, porém passa pela própria forma como o PVNC foi construído; esse movimento se formou através de mediações e arranjos entre indivíduos com diferentes perfis de militantes. De acordo com Santos (2006), algumas pessoas que não tinham a questão do racismo como central, mas estavam atentos aos processos de desigualdade educacional se juntam ao primeiro grupo e, assim, se formam as primeiras grandes diferenças de concepções.

Em sua leitura do movimento do PVNC, Santos (2006) mostra que o ano de 1994 foi de extrema importância, pois ao final do ano já havia quinze núcleos no território fluminense. Outro dado que revela uma característica desses movimentos sociais das últimas décadas, é que a construção do sentimento de movimento se dá no decorrer da implantação desses núcleos, ou seja, ela se dá no fazer do movimento, é a construção da identidade coletiva. O Curso PJ, que analisamos aqui surgiu exatamente em 1994. A partir do ano 2000, se percebe juntamente com os movimentos originados de ativismos e comunidades, o aumento do número de cursos que nasceram nas universidades.

O PJ – Pastoral da Juventude, núcleo do PVNC -Pré-Vestibular para Negros e Carentes foi criado

em 1994, no centro de Duque de Caxias, esse nome se deve ao fato de que a maioria de seus idealizadores era formada por jovens atuantes na Pastoral da Igreja Católica. Funcionando em um prédio da Catedral de Santo Antônio – hoje Centro Pastoral Frei Willy – de acordo com a Carta de Princípios do PVNC, o Pré-PJ segue uma linha laica e tem como ponto basilar de sua discussão a questão racial.

O objetivo em seu início era além do acesso de negros e carentes ao ensino superior, formar agentes de transformação social conscientes do seu papel histórico, ou seja, militantes autônomos que também divulgariam a ideia do PVNC, formando novos núcleos nas periferias.

Assim o PJ objetivava uma educação antirracista e tinha como objetivo central colocar jovens negros na universidade, para que fossem lideranças nessa luta e levassem adiante as bandeiras do movimento negro. Conforme vimos e como Santos (2006) nos lembra, o movimento do PVNC surge diante de toda uma conjuntura nacional, não se restringindo ao estado do Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, assim como o próprio PVNC, o PJ passa por transformações internas. A coordenação original foi se afastando do núcleo e basicamente aparecia para dar ordens, assim se decidiu pela participação de colaboradores, os próprios professores, alunos e ex-alunos, que realizavam as tarefas do dia a dia. Embora não presentes constantemente, a primeira coordenação que deliberava e impedia muitas vezes a alternância na liderança do curso, e a coordenação chegou a ter por volta de vinte membros.

Dessa forma, o PJ passou por vários momentos de recomposição de sua identidade enquanto movimento. Nesse processo em 2001 o núcleo PJ se desliga do PVNC, passando a ser o Pré-Vestibular Pastoral da Juventude, aumentando o contato com a Diocese de Duque de Caxias. O curso se torna assim modelo para que outros cursos dessa natureza surjam nas paróquias, alguns chegaram a ser criados, mas acabaram em algum tempo. Assim, o processo de repensar seus objetivos e lutas é constante, já houve, por exemplo, ex-alunos e professores, reconstruindo uma identidade ligada aos princípios do PVNC, ainda hoje a Carta de Princípios do PVNC é utilizada para selecionar perfil de alunos e professores.

Portanto, percebemos na história do PJ, aquilo que Melucci (1999) apontou sobre os movimentos sociais na atualidade. Há uma ampla possibilidade de ações para os movimentos, e as diferentes conjunturas fazem com que esses atores sociais reconfigurem seus posicionamentos o tempo todo. Assim, nesse intuito de fazer uma análise dos mecanismos de funcionamento, o objetivo era entender como os embates políticos do cotidiano influenciam nas mediações curriculares, especialmente no ensino de Geografia.

Para esse intento entrevistamos coordenadores e professores de Geografia do curso, além de analisarmos documentos e materiais do mesmo. Verificamos que o cotidiano do PJ nos anos 90 era composto de intensos embates políticos e alguns pedagógicos, com várias cisões entre coordenações e professores, houve afastamento em relação ao PVNC e depois reaproximação, esse movimento acontecia devido ao múltiplo pertencimento dentro do curso, havia uma disputa do movimento. Na disciplina “Cultura e Cidadania” se tinha um dos maiores embates pedagógicos, porque aqueles que estavam no curso só pelo voluntariado muitas vezes negavam a dimensão política do curso, forte nessa disciplina e questionavam o tempo dado a ela.

No entanto, ao chegar à última década, as disputas diminuem, não se tem os embates que se tinha antes, no cotidiano do curso se segue o currículo das provas e continuam valorizando as discussões críticas contra o racismo e outros preconceitos, mas não se tem mecanismos que permitem saber como os professores vêm trabalhando, não há muitas reuniões pedagógicas, por exemplo.

Sobre o ensino de Geografia, os professores destacam a busca de uma formação crítica para os discentes e a importância de trabalhar temas como racismo, gênero, classe. Há um foco em metodologias que permitam ampliar a visão que os alunos têm da Geografia, como a interdisciplinaridade e os trabalhos de campo. Por outro lado, não percebemos com nitidez uma mudança nas maneiras de trabalhar os conteúdos, há o fator regulador que é o vestibular e o ENEM, mas, como vimos em Santos (2011) para se quebrar estereótipos e preconceitos, luta travada pelos PVPs, é necessário buscar alterar a forma como estamos trabalhando conceitos e conteúdos, que têm base eurocêntrica.

A busca de uma interdisciplinaridade e a realização de trabalhos de campo são práticas recorrentes em Pré-vestibulares populares e Préuniversitários. Embora sejam metodologias bastante

discutidas na atualidade, não são tão presentes em boa parte dos espaços escolares. Assim nos PVPs essas práticas fazem parte das inovações pedagógicas que são testadas nos PVPs e muitas vezes funcionam. O trabalho de campo, além de propiciar aos estudantes saírem do espaço da sala de aula e terem um ensino diferenciado possibilitando uma apreensão maior do espaço geográfico, ele fortalece o espírito de grupo, o que, conforme Santos (2005) contribui para diminuir a evasão que ocorre especialmente no meio do ano

4. Considerações Finais

Dessa forma, uma série de questões surgiram dessa pesquisa. Os PVPs, após a expansão na década de 90, entraram em um período de diminuição. Ao mesmo tempo em que surgiam experiências de pré-universitários e outros modelos de cursos, constatamos também que os embates entraram em esgotamento quando vários atores deixam de disputar o movimento. Isso também faz cair a oferta desses cursos, os PVPs não são vistos mais como ambientes de fortalecimento político, mais do que uma queda na procura por essas iniciativas, há uma diminuição no oferecimento.

Também dentro da Geografia emergem algumas questões como: a necessidade de repensar um currículo crítico, que questione conceitos e conteúdos com bases eurocêntricas, assim caminhando em direção ao reconhecimento de diferentes sujeitos e da luta contra os preconceitos nos espaços escolares, as teorias pós-críticas de currículo ajudam nisso. Outro campo é o currículo praticado, analisar os embates na prática da Geografia, como se dão as táticas dos professores perante as estratégias e determinações impostas nos diferentes contextos do ensino? Essas são possibilidades de pesquisas posteriores

5. Referências

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2011. 374p.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. In: *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011

CARVALHO, José Carmelo Braz de. Os cursos pré-vestibulares comunitários como espaços de mediações pedagógicas: um diagnóstico estatístico. In: José Carmelo Carvalho; Hércio Alvim Filho; Renato Pontes Costa. (Org.). *Cursos Pré-Vestibulares Comunitários: Espaços de Mediações Pedagógicas*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2005, 288p. p. 23-44.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 418p

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. 352p.

COUTO, Marcos A. C. Ensino de Geografia: abordagem histórico-crítica In: *Revista Tamoios*, julho/dezembro - Ano V, nº 2, 2009

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 154p.

LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* [trad. Maria Cecília França] Campinas: Papirus, 1988. 266p.

MELUCCI, Alberto. *Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia*. El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, México, 1999. 260p.

_____. *A invenção do presente; movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001. 199p.

MOREIRA, Ruy. *O discurso do avesso: para a crítica da Geografia que se ensina*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. 190p.

_____. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 194p.

NASCIMENTO, Alexandre do. *Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares*. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. *Diferentes Sujeitos E Novas Abordagens Da Educação Popular Urbana*. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Renato Emerson. *Nascimento dos Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes*. Rio de Janeiro. UFF, 2006. 350f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Pré-Vestibulares Populares: Dilemas Políticos e Desafios Pedagógicos*. In: José Carmelo Carvalho; Hécio Alvim Filho; Renato Pontes Costa. (Org.). *Cursos Pré-Vestibulares Comunitários: Espaços de Mediações Pedagógicas*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2005, 288p. p. 188-204.

_____. *De movimentos sociais a políticas públicas: Quinze anos de Trajetória dos prévestibulares populares*. In: Renato Émerson dos Santos, Márcia Soares de Alvarenga, Domingos Nobre, Paulo Alentejano. (Org.). *Educação popular, movimentos sociais e formação de professores: Diálogos entre saberes e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora DP et Alii, 2010, 242p. p. 85-106.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2011. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica. 158p.